

Cadernos” durante 1 977/79; nem sequer puderam realizar a ansiada comemoração alusiva ao glorioso vintênio de vida útil da revista, que ora transcorre.

À alegria legítima que marcaria, em termos nacionais, o notável evento, sucedeu a ingratidão oficial e, como consequência natural desse ato, irreprimível desolação ante o lamentável desvirtuamento, desde maio de 1 977, dos primeiros e legítimos objetivos de “Blumenau em Cadernos”, que se transforma lentamente, para tristeza de seus habituais leitores e beneméritos amigos, de revista destinada aos assuntos históricos catarinenses em órgão de promoção sectária — ora veículo de notícias das atividades das lojas maçônicas locais, ora abrigo de insípidos e mendaces discursos políticos.

Por conseguinte, a alegria da festa, já bastante diminuída pela ausência irreparável de seu fundador, Prof. José Ferreira da Silva, foi substituída por imensa consternação, oriunda do descabro que a insciência de algumas pessoas causou à revista “Blumenau em Cadernos” e, indiretamente, à Cultura catarinense. Deturpou-se portanto irrefletidamente, apenas para servir à vaidade de alguns, o sentido de uma obra de indiscutível valor, resumo de uma vida digna.

“Blumenau em Cadernos” deveria merecer melhor sorte, pelo imenso prestígio que, em todos esses anos, proporcionou ao nosso município e a Santa Catarina. E maior respeito deveria ao menos ser tributado à memória do Prof. José Ferreira da Sil, pelos inegáveis e assinalados serviços prestados à comunidade catarinense.

Rendemos, pois, nesta oportunidade, a nossa sincera homenagem ao extinto amigo e a todos aqueles que, em alguma época e sob qualquer forma, sincera e desinteressadamente deram seu apoio à publicação de **Blumenau em Cadernos**, na consciente defesa das nossas legítimas tradições.

*

“HISTÓRIA DE EL TOCUYO COLONIAL”

Haidée Marquiafava Pugliesi

VERACOECHA, Ermilia Troconis — **História de El Tucuyo Colonial**. (1 545 — 1 810). Prefácio de Eduardo Arcila Farias. Caracas. Ediciones de la Facultad de Humanidades y Educación. Universidad Central de Venezuela, 1 977. 479 pág.

Ermilia Troconis Veracoecha é nome já conceituado na historiografia venezuelana, mercê do trabalho científico de alto nível que desenvolve.

É professora universitária em duas importantes universidades da Venezuela: A Universidad Central e a Universidad "Andrés Bello", exercendo, ademais, as funções de presidente da Asociación Venezolana de Archiveros e de investigadora junto ao Instituto de Estudios Hispanoamericanos, da mencionada Universidad Central.

Doutora em História, tem, já publicados, vários trabalhos científicos sobre a Venezuela, conhecidos e apreciados também fora daquelas fronteiras.

O trabalho em epígrafe resulta da aplicação do método micro-histórico à região de Tocuyo e povoados adjacentes. Estrutura-se em sete partes, constituindo-se, fundamentalmente, numa pesquisa sobre o uso da terra.

Na primeira parte, a autora detém-se no exame do quadro geográfico e na expansão colonizadora.

A segunda parte, excepcionalmente composta de dois capítulos — O regime de Encomenda em Tocuyo e O Corrigimento de Índios — enfoca não apenas o cotidiano indígena, bem assim o seu regime de trabalho, seja ele, livre ou escravo.

Seguidamente, estuda, na terceira parte, a posse e o uso da terra, revelando as mudanças estruturais ocorridas no decurso daquele processo.

A Igreja e seu alcance sócio-econômico constituem a quarta parte, onde a autora descreve a dinâmica de duas estimáveis instituições religiosas: as obras pias e as confrarias tocuyanas.

Objeto de análise da parte subsequente é a Sociedade, título que nomeia o capítulo correspondente, na qual se destacam dois aspectos notadamente antagônicos: a mestiçagem e a diferenciação social.

A penúltima parte aborda o papel das categorias profissionais atuantes no movimento da economia e do comércio regionais e respectivos desdobramentos, dos quais, mereceu relevo especial, o contrabando.

Encerrando o seu trabalho, a autora examina, em dois níveis, a cultura tocuyana. Num primeiro plano, as manifestações eruditas expressas na arte colonial e, em seqüência, o substrato desta cultura identificada — no caso concreto — por elementos de um mundo mágico-religioso, presente nas manifestações folclóricas regionais.

No intento de reconstituir integralmente o conjunto do Tocuyo Colonial e indagando sua estrutura social, econômica, religiosa e cultural, a

autora reuniu e trabalhou devidamente duas espécies da documentação histórica: fontes e bibliografia.

As referências de caráter bibliográfico apresentam-se reconhecivelmente escassas, tendo sido englobadas no seu rol também algumas fontes impressas. Todavia, a investigação em pauta estribou-se, sobremaneira, em documentos manuscritos originais. Esta circunstância valoriza duplamente a obra que agora vem a lume: além do ineditismo das fontes manuscritas é digno ressaltar que o seu levantamento e consulta importou na classificação e na indexação do Arquivo da Igreja de la Concepción (Tocuyo), tarefa executada pela própria autora, tal a riqueza e o interesse do acervo para os objetivos em mira.

A busca documental completou-se em Arquivos Tocuyanos e Caraquenhos. Dentre os últimos figuram: o “Archivo General de la Nación”, o “Archivo Arzobispal” e o “Archivo da Academia Nacional de la Historia”.

De notar, o apêndice documental que enriquece altamente a obra sob análise. Nele, a autora transcreve vinte expressivas peças documentais, de natureza diversa, indicando-lhes a procedência e sendo a maioria delas concernente ao século XVIII.

A obra apresenta, ainda, índices geográfico e onomástico, instrumentos auxiliares indiscutivelmente indispensáveis, sobretudo em trabalhos desta espécie, tendo-se em vista o número e a variedade de informações.

Como destaque final, a única ilustração que a obra registra: uma cartografia manuscrita do século XVI que nos dá a conhecer o plano urbano de Tocuyo na época.

Recomenda-se a obra, digna, portanto, de ser lida e meditada.

*

UMA HISTÓRIA, MUITOS EXEMPLOS

Paulo C. Miceli

“A história mostra que épocas de refinamento como esta costumam ser breves, porque repousam na excessiva concentração da riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada. O Japão antigo não foge a essa regra: ao período de prosperidade da aristocracia sucede outro de lutas em que uma nova classe, a dos samurais, ascende ao poder.”

Durou 52 dias a viagem do navio **Kasato-Marú**. Fabricado na Inglaterra, sob encomenda russa, e apreendido em guerra pelos japoneses, esse

navio chegou ao Brasil a 18 de junho de 1908, inaugurando um longo ciclo de imigração do Japão para o Brasil. Hoje, setenta anos depois, não existe Estado ou Território no País onde não encontremos japoneses ou seus descendentes. Sua integração à vida brasileira foi rápida: desde a agricultura, onde tiveram participação importantíssima, passando pelo popular tintureiro — que até virou tema de conhecida música popular —, chegaram ao Ministérios...

Mas há que se admitir, contudo, que pouco ou nada conhecemos sobre a história do Japão, pois à escassa bibliografia sobre o assunto aliou-se a precariedade de nossos cursos superiores de História, que relegam a planos secundários o (malfeito) estudo da evolução histórica de, pelo menos, metade da humanidade. O resultado disso tudo é que os graduados em História, em sua esmagadora maioria, são incapazes de redigir vinte linhas aproveitáveis sobre, por exemplo, os samurais, que dominaram o Japão desde o fim do Estado Ritsuryo (final do século XII) até 1868, quando, em meio à séria crise intestinal, se deu a Restauração da Monarquia Plena.

Mas, afinal, em meio às comemorações do 70º aniversário da imigração japonesa, a Editora de Humanismo, Ciências e Tecnologia — Hucitec trouxe a público um livro importantíssimo, que representa o primeiro passo para preencher a inadmissível lacuna existente na bibliografia histórica em português. Trata-se do livro **Japão — passado e presente**, de José Yamashiro, autor, entre outros trabalhos, da **Pequena história do Japão** (1950) — primeiro livro editado em português sobre a história do povo japonês.

José Yamashiro, atual Diretor de Redação da revista **Indústria e Desenvolvimento**, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, foi também um dos responsáveis pelo enorme sucesso da primeira fase da revista **Visão**. Sendo jornalista, aliou à sua natural objetividade o rigor da pesquisa histórica sobre métodos científicos e produziu trabalho rico em informações sobre a vida econômica, social, política e cultural do Japão, desde a época primitiva até nossos dias. As lutas entre os clãs, a expansão territorial, as intrigas políticas e as relações internacionais aparecem entremeadas a saborosas informações sobre os costumes, a arte, as origens da escrita, os tabus e a religião japoneses. Exemplos: “Numa sociedade como essa (a da pré-história japonesa), em que a vida econômica se estriba na caça, pesca e frutos naturais, somente uma união entre seu membros pode assegurar a sobrevivência da comunidade. Todos trabalham juntos, os instrumentos necessários às atividades econômicas constituem propriedade comum. Não há diferença entre ricos e pobres. Obser-

vando-se o modo de enterrar os mortos e os objetivos da época, verifica-se a inexistência de diferenciação de classes. Todos são sepultados do mesmo modo.”

Mais adiante, ao historiar a introdução da agricultura do arroz no Japão, como influência de suas relações com o continente (China), prossegue: “Na fase inicial, elegem-se homens mais populares para a orientação do cultivo do arroz ou o comando nas lutas contra grupos hostis. Com o decorrer do tempo, esses elementos se perpetuam na posição de chefes de clãs. E, quando vencem guerras, aprisionam inimigos (...) e os transformam em escravos da tribo ou comunidade vencedora. E o chefe aproveita escravos como sua propriedade particular. E começa a possuir terras próprias.”

Formava-se um Estado primitivo mais ou menos organizado e unificado já por volta do século IV, “baseado na propriedade particular de terras e gente”, o que conduz a vida “da maioria da população à extrema penúria e ameaça a estabilidade do trono”. As lutas pelo poder se intensificam “nos bastidores e no palco da política palaciana” e atingem seu auge no século V.

Em 645, inaugurou-se o Estado Ritsuryo (Lei e Ordem) e foi abolida a propriedade particular de terra e gente, passando as mesmas a pertencer ao Estado, que regulamentou o serviço militar, o pagamento de impostos e outras obrigações dos lavradores. “O camponês se liberta da dependência escravista do clã (...). Mas embora cultive a terra esta não lhe pertence. E por mais apertada que lhe seja a vida é obrigado a recolher os tributos e prestar serviços públicos determinados pela nova lei. E não lhe permitem sair do local onde vive. Inexiste liberdade de escolha de trabalho”.

O sistema de propriedade de terras, constantemente alterado pelas pressões sociais, está na base das profundas agitações internas, que foram ampliadas pela fome causada pela redução da produção do arroz e outros produtos do campo, isso porque a varíola dizimou a população: “generaliza-se o pânico, porquanto não existem remédios (senão preces e feitiços) contra o terrível mal”.

Mas nem tudo foram agruras no Período Nara (710 – 784). Houve grande progresso interno, caracterizado por profundo desenvolvimento cultural, muito embora as manifestações artísticas mais significativas fossem anônimas: “A grandeza cultural do Período Nara constitui fruto do trabalho escravo em sua grande parte, aliás como sucede em todos os Estados antigos (Egito, Grécia, Roma etc.).”

Mas enquanto a metrópole, já no Período Heian (794 – 1192), atingia um grau de cultura aristocrática, com os nobres diver-

tindo-se “na contemplação das cerejeiras em flor na primavera e do bordo, no outono”, apreciando o canto e a música, enquanto “existem funcionários regionais que só pensam em seus próprios ganhos, relegando a planos inferiores os interesses públicos (...), nas isoladas estradas do interior, assaltantes atacam e roubam viajantes (...), piratas pilham navios carregados de mercadorias”. E até na metrópole “começam a aparecer ladrões e incendiários”.

Nessas condições, além dos roubos e incêndios, irrompem lutas internas nas províncias pela posse das terras, disputa de influências etc.”

Era a derrocada do Estado Ritsuryo. Paralelamente à sua decadência, os chefes locais começam a arregimentar elementos de seu clã, formando grupos armados. Esses grupos foram servir “como guardas do palácio imperial ou de nobres, na qualidade de *samurai*”. Os samurais, aos poucos, abandonaram suas atividades agrícolas tornando-se guerreiros profissionais, sendo curioso notar que constituídos, inicialmente, para defender o Estado Ritsuryo em suas constantes batalhas, acabaram por tomar-lhe o poder.

O regime marcial dominado pelos samurais durou sete séculos, baseando-se em relações de suserania e vassalagem, onde “o lavrador foi, novamente, transformado em escravo”. Passava-se “de uma sociedade escravista, sob domínio da aristocracia, para uma sociedade caracterizada pela escravidão dos camponeses, comandados pelos samurais”.

José Yamashiro dedicou a segunda parte do livro — “Época Feudal” — a esse período. Aqui, novamente, encontramos preciosas informações sobre a evolução do feudalismo no Japão, a vida material, social e cultural de seu povo; os primeiros contatos com os ocidentais; a “rápida propagação e trágico fim” do cristianismo, para lá levado pelo jesuíta Francisco Xavier, em 1549; os motivos pelos quais o Japão escapou à expansão imperialista que submeteu muitos países asiáticos ao domínio ocidental etc.

Finalizando esse comentário, há que se confessar a impossibilidade de se reduzir aos limites naturais de uma resenha, que não permite longas e seguidas transcrições, o conteúdo dessa obra. Isso porque nos envolve o entusiasmo experimentado pelas novidades bem contadas.

Anote-se, apenas, as palavras finais da terceira e última parte do livro — “Época Moderna” —, onde Yamashiro descreve os rápidos passos de um Japão já mais conhecido por nós, rumo a seu “verdadeiro milagre econômico”: “O ensino desenvolvido em todos os níveis constitui a mola propulsora essencial do progresso. O povo nipônico praticamente sem analfabetos desde fins

do século passado, demonstra na prática que os recursos humanos bem preparados são capazes de superar até dificuldades provenientes da falta ou escassez de recursos naturais.”

Para nós, um exemplo.

*

O HUMOR DE VIEIRA E O HUMOR DE RUI

Paulo Mangabeira Albernaz

(Conferência proferida na Academia Campinense de Letras em 4 de setembro de 1978.)

Cabe ao Brasil a glória e o privilégio de possuir dois filhos que talvez tenham vindo a ser os mais aprimorados clássicos da língua portuguesa. Quero crer que, português legítimo talvez somente um se lhes possa antepor: o incomparável Luís de Camões. Ainda assim, fica meu espírito em dúvida sobre se a voz do grande vate tenha o espírito de justiça, a espontaneidade, do soberbo orador sacro brasileiro, conquanto o Brasil não passe então de colônia de Portugal. Se aqui aportara por volta dos seis anos de nascido, aqui vivera, quase, sua longa vida e aqui exalara o último suspiro, para nós tudo isso nos autoriza a considerá-lo lídimo brasileiro, principalmente por ter redigido sempre e feito seus formosos sermões em português do Brasil.

O segundo dos grandes clássicos do nosso idioma seria este super-homem que se chamou Rui Barbosa.

É curioso que ambos — Vieira e Rui, verdadeiros batalhadores pelas boas causas quando na tribuna, demonstraram, além disso, características pessoais extremamente semelhantes. Se Rui era incisivo, violento, destemido, por vezes mesmo cruel em sua oratória, nada havia de admirar nesta energia e nesta impetuosidade, pois que, pela vida toda, foi Político (com p maiúsculo) e da mais alta estirpe, talvez a figura mais preeminente do mundo político brasileiro de que há memória. Estava em seu elemento e com todos os mais amplos direitos.

O mesmo talvez não se possa dizer de Vieira. Era, também, às vezes, tremendo nos seus apodos, e não se dominava quando tinha de dizer o que julgava necessário. Sua palavra era não raro mordente, caústica, quando não